

1 **ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES**
2 **MINEIROS DO BAIXO PARANAÍBA – CBH PN3**

3 A Ata da 57ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba –
4 CBHPN3 realizada aos 11 dias do mês de março do ano de 2020, às 08h30min na sala de reuniões da AMVAP
5 – Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba, situada na Av. Antônio Thomaz Ferreira
6 Rezende, 3.180 – Distrito Industrial, Uberlândia/MG, com a instalação do quórum exigido no Regimento
7 Interno do CBHPN3. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares: Robson Rodrigues dos Santos –
8 IGAM, Eduardo Siquieroli – PCMG; Ademar Franco Guimarães – EMATER; Elaine Aparecida Santos Oliveira –
9 Prefeitura Municipal de Araporã; Sandro Domingues Parreira - Prefeitura Municipal de Monte Alegre de
10 Minas; Valdo César Ferreira Ramos - Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada; Maria Clara Machado Alessi
11 Ferreira - Prefeitura Municipal de Uberlândia; Maria Eduarda Rodrigues da Cunha Gonçalves – FIEMG; Dênio
12 Drummond Procópio – CEMIG; Carlos Humberto Franco Machado – SAE Ituiutaba; Sérgio Gustavo Resende
13 Leal – FONASC; Gustavo Bernardino Malacco da Silva – ANGÁ; Leila Ferreira de Rezende – AMEDI; Roberto
14 Parente Correia – ARPA/SV; Luiz Henrique Martins – Neoambiente; Marisa Malfer de Moraes – OAB 44ª
15 Subseção; Antônio Giacomini Ribeiro – ABES, e os conselheiros suplentes: Patrício Renato Ferreira – PMMG;
16 Máira Rodrigues da Costa – IEF; Otalino Rodrigues Filho – SES; André Luiz Borges - Prefeitura Municipal de
17 Araporã; Otavio Silva Moreira - Prefeitura Municipal de Ituiutaba; Jose Humberto de Assis - Prefeitura
18 Municipal de Campina Verde; Mauricio Martins Lorena Filho - Prefeitura Municipal de Santa Vitoria; Mauricio
19 Garvil – ACII; Wederson Nunes Cardoso - APRC Piedade; e os convidados: Tatiana Tanaka de Queiroz – Usina
20 BPBUNGE; Wagner Antunes de Oliveira – IGAM; Sergio Salvador Severino – Secretaria de agricultura de
21 Campina Verde. O presidente Gustavo conferiu o quórum e iniciou a reunião, cumprimentando a todos e
22 prosseguiu passando ao Vice presidente Giacomini, a condução da presente reunião. Passando para o item 2
23 da pauta, colocando em regime de votação a Ata da 55ª e 56ª Reunião Ordinária do CBH-PN3, Robson – Igam,
24 solicita alterações na pauta da 55ª Reunião Ordinária, em falas dele, que foram transcritas erroneamente ou
25 atribuídas a ele de forma equivocada. Como não foi identificado o autor das falas, foi colocado “autor não
26 identificado”. Vice-presidente Giacomini, coloca a Pauta para deliberação, e a mesma foi aprovada por
27 unanimidade. A pauta da 56ª Reunião Ordinária, foi apresentada para apreciação e deliberação, e o Presidente
28 Gustavo Malacco, explica que a mesma não foi realizada pois não houve a instalação do quórum exigido pelo
29 Regimento Interno do CBHPN3, impossibilitando a realização da mesma. Conselheiro Roberto Parente,
30 questiona se quando não é instalada uma plenária por falta de quórum, se a falta de um conselheiro e
31 computada. Robson, explica que sim, a frequência e informada para IGAM, e a falta computada. Giacomini,
32 concorda que as faltas devem ser computadas, já que é uma falta de consideração com os outros conselheiros
33 que se dispuseram a comparecer a reunião. Leila – AMEDI, questiona se uma justificativa abona a falta do
34 titular, em uma reunião ordinária. Já que o titular não poderá comparecer à reunião e acontecer do suplente
35 também não, o que poderia ser feito. Giacomini, esclarece que justificativa de não comparecimento a uma
36 Reunião, não abona faltas, tanto para o titular como para o suplente. Conselheiro Mauricio Garvil, relata que
37 a secretaria já realiza uma verificação de quórum, através de contato por e-mail, telefone e mensagem. Se não
38 houver a confirmação de quórum, não justificaria a convocação de reunião aos conselheiros. Giacomini,
39 sugere que seja padronizado que todos os conselheiros, caso não possam comparecer à reunião, que
40 comuniquem com o prazo mínimo de 48 horas. E se não for instalado quórum “virtual”, a reunião será
41 desmarcada e agendada para uma próxima data mais oportuna. Mauricio, argumenta que prazo de 24 horas
42 já bastaria para o conselheiro, comunica-se o não comparecimento, caso houve-se um imprevisto pessoal.
43 Giacomini, sugere que este assunto pode ser pautado na próxima reunião ordinária. Giacomini dá as boas-
44 vindas aos novos conselheiros, da PMMG, PCMG, COPASA, FONASC, ANGÁ e os apresenta a todos os
45 presentes. Giacomini, apresenta o Item 3 da pauta, e passa a palavra ao Presidente Gustavo Malacco. Ele
46 relata que o ENCOB foi um encontro bastante rico e proveitoso, relata sobre a reeleição do Senhor Hideraldo

47 Buch, Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacia. Ele relata que como os Comitês não dispõem de
48 recurso financeiro, impossibilita uma participação mais ativa. Mas que através do CBH Paranaíba, foi possível,
49 realizar algumas discussões importantes para a nossa região. Os encontros dos próximos dois anos já tem local
50 definido, 2020 em Curitiba e 2021 em Manaus. E ele espera que possamos ter mais recursos financeiros
51 disponibilizados pelo IGAM, para que mais conselheiros possam participar do ENCOB. Workshop, foi tratado
52 o conceito de fusão dos comitês do estado de Minas Gerais, e na opinião dele, é um assunto que pode ser
53 debatido, dentro dos comitês afluentes, mas não da forma como foi colocado pelo IGAM. Pois não foi algo
54 discutido em conjunto com os comitês, não foi realizada uma proposta de trabalho, verificação da viabilidade
55 desse projeto. Houve a indicação de aprovação de uma DN que caminha para justamente manter certa
56 liberdade aos comitês para definirem se querem ou não seguir esse caminho no futuro por uma fusão. Isso
57 mantém as unidades os comitês de bacia e a forma que hoje existem na lei, que é algo que foi duramente
58 conquistado. E a gente vê o resultado na prática, o quanto foi importante a descentralização, mesmo com a
59 dificuldade financeira de hoje, que nos impede de avançar a questão do recurso financeiro ao comitê, que
60 vários governos tem contingenciado, os recursos que por lei nós teríamos direito, mas esse empoderamento
61 nos possibilita ainda, reunirmos e discutirmos sobre conflitos e caminhar quem sabe no futuro para uma real
62 integração entre bacias que a gente espera uma CBH Paranaíba. E que teremos que ter maturidade em algum
63 momento, para discutir que alguns instrumentos devem ser discutidos de forma mais integrada, entre nossas
64 bacias, no nosso caso por exemplo, com o Paraíba, mas tem que ser feito na base e não de cima para baixo,
65 como estava caminhando. Secretaria Elaine, que compareceu ao evento, concorda com toda a fala do
66 Presidente, e relata que foi bem explanado pelo mesmo. Ela sugere aos conselheiros presentes, que tenham
67 dúvidas sobre o assunto, que aproveitemos a presença do Conselheiro Robson, do IGAM, neste momento, e
68 que os municípios tenham mais voz ativa e representatividade nessas discussões. Giacomini, solicita a palavra,
69 e relata que já houve essa tentativa de fusão no sentido de gerar maiores oportunidades de discussão e
70 proposta pra nossa região, seria a união dos PN1, 2 e 3 com o Paranaíba, alegando questões financeiras-
71 administrativas. Passando a responsabilidade dessa administração ao estado e privando os comitês de se auto
72 gerir. Isso foi amplamente debatido no Fórum Mineiro, e para fins administrativos o IGAM, vem trabalhando
73 com a formação de um centro de custo para administrar 2 ou 3 Comitês. Ele trata, que muito dessa
74 individualidade pode ser observada com a publicação dessa legislação recente das outorgas, que tem um
75 capítulo especial sobre a cobrança, e a obrigatoriedade de se passar pelos comitês todas as outorgas em áreas
76 de conflito, chamado de processo coletivo. Então a alocação compartilhada de água deverá ser deliberada em
77 comitê. Através disso a visibilidade de todos os seguimentos perante a sociedade e discussão do plano diretor
78 da nossa bacia, vamos avançando, nessa visibilidade. O presidente Gustavo, retorna com a sua fala, reforçando
79 o que ele disse anteriormente, que a base, os comitês devem ser fortalecidos, e engajados nas discussões
80 dentro do âmbito micro e macro regional, e incluindo todos os seguimentos e dando uma voz maior pra todos.
81 Gustavo, passa a palavra a plenária e nenhum conselheiro se manifesta. E dado andamento na pauta, ao Item
82 4. Gustavo, relata que o cenário que existe hoje, a maior preocupação em âmbito federal do Comitê do
83 Paranaíba é manter a renovação da delegação que aí existe, que foi feita a ele. O Conselho Nacional de
84 recursos hídricos, que tem que deliberar essa renovação, então existe um plano de sustentabilidade
85 apresentado, e o que foi acompanhado no âmbito do conselho nacional, e que não há segurança, e eles estão
86 defendendo os outros e não há viabilidade hoje para a manutenção da agencia de bacia. Então o plano foi
87 criado da seguinte forma, eles estão abordando os comitês e o conselho questiona se o recurso será delegado
88 para esta agencia. Então a proposta que o Malacco apresentou, na última reunião é aguardar para decidirmos
89 coletivamente, pela mudança da agencia atual ou até delegar para o Governo, sobre os cuidados da ANA, ou
90 a junção de dois comitês federais. Atualmente, Minas está bem avançado nessas discussões, provavelmente
91 esse ano então, esses dois comitês estaduais daqui, e tanto os 8 comitês do Grande terão o mesmo tempo de
92 aprovação. Talvez seja uma saída para a gente, não precisar esperar um pouquinho a outra agência que existe

93 hoje se organizar mais profissionalmente, que hoje infelizmente é uma casa muito bagunçada. Mais acertado
94 seria buscar outra opção ou aguardar. Então essa foi a mensagem que foi colocada nessas duas reuniões, e eu
95 deixo aqui, e recomendo ao comitê que a gente não aponte um caminho, se o Paranaíba perguntar, se a gente
96 quer a cobrança, sim é um assunto que está sendo discutido, pois é o caminho natural a ser tomado, inclusive
97 tem uma legislação Estadual, que diz que devemos aprovar ou será aprovado automaticamente. Mas estamos
98 de uma forma muito madura, discutindo a cobrança, agora delegação não, sugiro que seja feita de uma forma
99 muito correta. Malacco passa a palavra aos demais conselheiros, Sr. Sergio – Fonasc, questiona sobre a
100 negociação de uma forma de repasse diretamente do recurso financeiro ou ela vai passar pelo IGAM. Malacco,
101 relata que como diretoria, não podemos falar nada sobre o assunto pois não recebemos nenhum tipo de
102 recurso, mas no âmbito da pressão em relação ao fórum mineiro, houve um destravamento dentro da gestão,
103 acho que não está tudo equilibrado, mas parece que tem recebido dos comitês que tem cobrança. Mas agora
104 não se tem o que falar, quando ocorrer esse tipo de situação, eu acho que a única solução vai ser esse dinheiro
105 não passar no caixa do estado, mas aí tem que negociar na assembleia. Robson – IGAM, diz que não tem dados
106 sobre esta situação, mas, o Wagner - IGAM, que está dando assessoramento técnico ao IGAM, pode falar sobre
107 o assunto, se souber. O mesmo relata que não tem informações atualizadas e confirma o que foi dito por
108 Malacco anteriormente. E passado para o Item 5, Robson tem a palavra, GT foi instalado em maio de 2019,
109 com o prazo de 09 meses de trabalhos, nesse período já foram realizadas 7 reuniões, foram ouvidas as
110 experiências de outras bacias como do Paranaíba e Araguari, a discussão após umas reuniões ouvidas essas
111 experiências, a discussão foi centrada em uma metodologia de cobrança para o PN1 e PN3, nós estamos
112 praticamente fechado essa metodologia, como objetivo de simplificar as metodologias de cobrança atuais.
113 Wagner - assessor do IGAM, irá explicar melhor sobre o assunto. A ideia é que seja um processo mais
114 transparente, que o usuário quando tiver acesso a uma deliberação entenda de forma clara todos os cálculos
115 e informações contidas ali. Provavelmente, será realizada mais uma reunião para apresentação do relatório
116 final do GT, e do formato da agencia de cobrança. Em relação a agencia de bacía, o GT não vai definir qual
117 deverá ser instituída, somente vai orientar sobre os modelos existentes e funcionamento das mesmas. Passa
118 a palavra ao Wagner, para explanar sobre a proposta. Malacco intervém e fala, que a proposta final, será
119 apresentada ao GTAC, posteriormente a plenária, e ai será discutida amplamente nas pontas, inclusive, com
120 uso de recurso de custeio, do Paranaíba, para discussão do processo de implantação da cobrança, passando
121 por todos os municípios, para que não fique nenhuma lacuna de discussão. E depois de todas as
122 reuniões públicas, aprove ou não está proposta. E até o final do ano, tome essa decisão de aprovação e o
123 Conselho Estadual no início do ano que vem, delibere, já que a previsão de instalação e até 2022. Robson,
124 ressalta que a fala de Malacco foi bem pontual, já que esse processo de discussão junto aos usuários da bacía
125 é fundamental, e só falando um pouco sobre o decreto, que o Estado publicou, com planejamento de
126 institucionalização da cobrança nas bacias num prazo de até dois anos, para instalação da ação de cobrança,
127 e se caso não o fizer, o Estado aprovar a nível estadual, através de uma metodologia que eles
128 institucionalizarem. Elaine, coloca que este momento é único, pois a possibilidade de discutir este assunto em
129 plenária, e todos os seguimentos acompanharem, debaterem a última fase do GT de cobrança e ver o impacto
130 local e quais são as suas dificuldades, vocacionadas mesmo, porque se isso não for realizado aqui, não será
131 feito nas cidades. Sr Otalino - SES, questiona se foi realizado um diagnóstico situacional do uso real da água,
132 dos produtores rurais. Robson, explica que existe um passo a passo junto a bacía, exemplificando quem são
133 os usuários pagantes ou não, hoje a base para cobrança são os usuários outorgados. Temos a relação dos usos
134 da bacía, as demandas, os principais problemas, direciona o uso da aplicação dos recursos, dentro do Plano
135 Diretor da bacía, onde foi realizado esse diagnostico que nos dará esse direcionamento. E esse esclarecimento
136 não deve ser realizado somente aos usuários, mas a toda a sociedade que vive em torno da bacía como um
137 todo. Serão realizados vários encontros e reuniões, de forma que se amplifique o máximo possível essa
138 comunicação. E quando instalada a agencia de cobrança, o comitê com base no plano diretor da bacía, ele

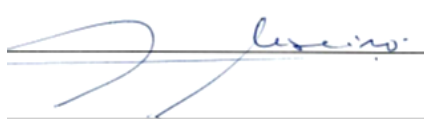
139 aprova o plano anual de aplicação dos recursos da cobrança. E aonde a agência vai direcionar os projetos e
140 ações que deverão ser realizadas. Giacomini, reforça o que foi anteriormente dito, sobre a aplicação do
141 sistema de cobrança, a realização de fóruns, reuniões, plenárias, para apresentação aos usuários, os valores
142 da cobrança e a forma que ela será realizada. Ele ressalta a importância de cada conselheiro presente no
143 comitê, representando um seguimento, e levando a cada um deles, as informações necessárias para
144 divulgação e esclarecimento de cada classe. A discussão realizada com a participação de municípios por
145 exemplo, poderemos agendar junto a própria AMVAP e apresentar aos prefeitos, como será o funcionamento
146 da cobrança e o papel do comitê. Sergio - Fonasc, solicita a palavra, fala sobre o decreto de cobrança, que o
147 mesmo não foi bem apreciado. Diz sobre a correção monetária, que já está inclusa no próprio decreto. E fala
148 que a Bacia do Paranaíba é a única a que a metodologia aplicada, e a mais próxima da realidade. Malacco,
149 relata que a unificação da metodologia de cobrança pelo PN1 e PN3, é o caminho para os comitês
150 estaduais. Essa unificação ainda, gera dúvidas sobre ela, porque pode ocorrer de todo mundo na cobrança,
151 mas nem todos estarem contemplados com agência. Então não vai adiantar nada a gente trabalhar uma única
152 se de repente a decisão, vai ser por outro caminho, em relação a agência. Sergio - Fonasc, torna a dizer sobre
153 a preocupação com custo elevado, repassado para os usuários como os produtores rurais que utiliza dois tipos
154 de água, a receber duas contas diferentes, sendo que na verdade é a mesma água. Robson, fala que a ideia é
155 justamente essa, dar transparência e simplificar esse processo. Malacco, diz que a questão é tributária, pois a
156 cobrança também deve ser considerada uma questão tributária, se mais a frente Goiás passar a cobrar uma
157 taxa diferente de Minas, você começa a ter um conflito. Tudo bem que na cobrança, com exceção do
158 saneamento e da indústria, os valores podem ser altos. Mas tem que se começar a pensar nessas questões,
159 em um futuro investimento por exemplo, caminhando todos na mesma perspectiva, de institucionalizar a
160 cobrança em todos os territórios. Sergio - Fonasc, questiona sobre o cadastro na base dados os usuários
161 outorgados e não outorgados. Sr Wagner - IGAM, relata que está em fase de testes. Roberto - ARPA, fala sobre
162 a possibilidade de trazer entidades que possam falar sobre a realidade do processo de cobrança lá na ponta.
163 Robson - IGAM, disse que isso já foi realizado, CBH Paranaíba e Araguari, pra passar o ponto de vista de cada
164 instituição, sobre a cobrança sobre o uso da água. Mauricio - ACII, questiona sobre o produtor, que preserva
165 os mananciais e fontes de água, o pagamento sobre serviços ambientais prestados a sociedade. Wagner -
166 IGAM, explica que esse tipo de questionamento é sempre realizado nos GT's de cobrança, e que as
167 bonificações sobre serviços ambientais não têm nada discutido, já que está avaliando apenas a cobrança.
168 Gustavo, diz que há uma discussão no congresso nacional sobre o pagamento de serviços ambientais, ele fala
169 que diante do cenário atual, as empresas de fornecimento de água, deveriam ter taxas específicas para
170 programas de conservação de água, lógico que nas áreas de contribuição, por exemplo. Hoje não existe, as
171 empresas consumidoras como a CEMIG e COPASA, questionam as leis que incentivam esse tipo de conduta. E
172 alguns municípios deveriam começar a implementar de uma forma transparente, a taxa de água, como
173 acontece na França até pra pessoa saber que aquele recurso é destinado diretamente a compra de áreas,
174 averbação, restrição de uso, que ai você paga ao produtor rural, para a conservação daquele manancial. Isso
175 precisa avançar, e começar a cobrar dessas companhias e conseqüentemente, isso será cobrado do
176 consumidor. Uberlândia é um exemplo clássico, a água daqui é uma política populista, enquanto se paga uma
177 energia caríssima como a de Minas Gerais, Uberlândia paga uma água quase que de graça para as pessoas.
178 Não seria uma forma de penalizar as pessoas, existe a tarifa social para auxiliar. Nessas horas, é importante
179 reforçar os trabalhos do congresso nacional, que é muito importante. E reforçar o que o Wagner e o Robson,
180 falaram sobre a dificuldade da mensuração agropecuária, mas as boas práticas devem permanecer, com o PSA
181 implementado em nível nacional, facilita para a gente no futuro, a identificação de oportunidades, e começar
182 a implementar essas reduções por boas práticas. Patrício - PMMG, fala que hoje há uma redução das
183 penalidades, por parte da PMMG, em caso de infração ambiental, se existe a preservação de nascentes, por
184 exemplo. Mas que independente disso, preservar é uma obrigação legal do dono daquela área. Giacomini, fala

185 que premiar quem cumpre a lei, não tem justificativa. Agora quem faz além do que seria obrigação, de cada
186 um, na preservação dos mananciais, seria algo mais contundente. Gustavo, complementa que a diretoria do
187 CBH PN3, buscou junto ao Paranaíba, o recurso financeiro, para custeio das atividades de discussão da
188 cobrança junto aos usuários na base. Após a finalização dos trabalhos GTAC, o relatório será encaminhado a
189 Câmara Técnica pertinente e, quem sabe na próxima gestão da diretoria, os trabalhos de divulgação poderão
190 ser iniciados. Giacomini passa o Item 6, Malacco argumenta que na verdade o calendário deveria ter sido
191 aprovado na reunião ordinária de dezembro, porem a mesma não teve quórum. A reunião deste mês foi
192 antecipada do dia 13 para o dia 11, por deliberação da diretoria. Então o que está em deliberação neste
193 momento é a reunião de junho, setembro e dezembro. Giacomini, coloca que são reuniões ordinárias, existe
194 a possibilidade que no processo, durante o ano possa existir a possibilidade de reunião extraordinária, e
195 acredito que vai existir sim, porque agora com essa nova atribuição do comitê, de selecionar novas outorgas
196 de processo coletivo, eventualmente pode ocorrer, aí nós teremos prazos mais curtos e talvez não se encaixe
197 nas reuniões ordinárias, ou uma ou outra, outorga de grande porte também nós devemos ter uma reunião
198 extraordinária. E se houver o interesse de acelerar o processo da cobrança, aí haverá a necessidade de talvez
199 realizar reunião extraordinária também. Gustavo, argumenta que a sugestão de local em Uberlândia, com a
200 experiência que a gente teve, com o comitê, nos últimos anos, quando a gente começou a fazer reunião
201 itinerante, o quórum baixava, inclusive de não ter quórum. Ele argumenta, que hoje dentro da AMVAP, temos
202 toda a infraestrutura necessária, mas caso haja a proposta de reuniões em outra localidade, a diretoria está
203 aberta sugestões. Giacomini, coloca o calendário em deliberação, pela plenária. O mesmo foi aprovado sem
204 ressalvas. Passada a discussão do Item 7, a aprovação das deliberações 36 e 37. Malacco, informa que as
205 mesmas, tinham data de envio ao IGAM, e foram encaminhadas por ad referendum, já que impactavam
206 diretamente na pontuação da avaliação, do comitê. Sergio - FONASC, pergunta aos representantes do IGAM,
207 se é realizada a divulgação das pontuações alcançadas por cada comitê. Robson - IGAM, fala que
208 anteriormente quando havia o repasse de recursos por convênio, aos comitês, mediante a uma deliberação
209 estadual, esses recursos eram repassados mediante a avaliação do plano anterior. Hoje isso não existe mais,
210 porém o IGAM, continua realizando esse monitoramento, através da auto avaliação, e o resultado é
211 apresentado ao comitê, em reunião ordinária. Item 8, Malacco diz que a partir de 1 de janeiro de 2020, ele se
212 colocou à disposição de um projeto político, e sua história sempre foi pautada pela ética, mesmo entendendo
213 que legalmente, como base a uma recomendação do TSE, que verifica que não há impedimento em
214 descompatibilização, dentro de um projeto político, eu entendo que por ética devo me afastar da presidência
215 do comitê. Como não houve reunião, no começo do ano, aguardei até esta reunião, para fazer o anuncio,
216 deste meu afastamento, a partir de agora. Inclusive o IGAM já havia sido informado por mim, no início do ano,
217 antes do IGAM fazer uma comunicação inclusive agora em semana passada, que o entendimento do IGAM,
218 mas de que qualquer maneira, vou ler até o e-mail que foi enviado, porque isso pode ser importante para
219 alguém aqui por acaso, que também almeje um projeto político esse ano, o IGAM, encaminhou um e-mail na
220 semana passada da seguinte forma, " Tendo em vista as eleições para prefeito e vice-prefeito e vereadores,
221 que ocorrerão em outubro do presente ano, o conselheiro que pretender se candidatar, deverá buscar junto
222 ao órgão eleitoral competente, TRE Minas Gerais, posicionamento específico e definitivo sobre sua
223 descompatibilização e afastamento das atividades exercidas no comitê de bacia hidrográfica, conforme
224 orientação da procuradoria do IGAM. Da ausência da referida manifestação do TRE ao IGAM, incorrerá a
225 obrigação do Conselheiro candidato a se afastar da função pública, pelos períodos indicados da lei
226 complementar 64/1990 artigo 1º inciso 4 e 7, atenciosamente." Então, eu gostaria que tudo isso aqui que a
227 gente está falando, esse item na íntegra, por que eu estou comunicando o meu afastamento, até para que se
228 houver qualquer questionamento, isto conste. Malacco, faz seus agradecimentos a todos do comitê, pelo
229 período que esteve à frente da diretoria. E informa que caso tenha sucesso no seu pleito político, não
230 retornara as suas funções como conselheiro, e se não o tiver, retornara ainda na função de conselheiro. Sendo

231 assim, Antônio Giacomini, assumirá as funções do presidente, conforme está no Regimento Interno, porque
232 eu estou colocando aqui é o meu afastamento, e não o meu desligamento, então o Regimento garante que o
233 vice-presidente, passe a assumir as funções do presidente até o final desse mandato que é em junho. E
234 questionado, por qual é o prazo, do afastamento. Malacco, informa que é de seis meses, a partir de 03 de abril
235 do corrente ano. Item 9, a apresentação orienta de acordo com a DN CERH nº 52/2016, sobre a composição
236 das chapas, informa que são somente os titulares que podem pleitear aos cargos. A comissão eleitoral, deverá
237 definir prazos, forma de inscrição e a forma de apresentação do plano para a melhoria da bacía, para as chapas
238 que vierem a se inscrever etc. Devesse definir a também a data da reunião, anterior ao dia 30/06/2020. Palavra
239 é passada ao Sr Sergio - FONASC, que fala sobre uma recomendação do IGAM, que esta comissão deve ser
240 formada com 90 dias a partir de hoje, para que cumpra com a solicitação do IGAM. Diante do que foi colocado,
241 verificou se qual a data seria mais oportuna, para realização da eleição da nova diretoria. Se fazendo necessária
242 a mudança do calendário de reuniões ordinárias, do comitê, na reunião do mês de junho. Fica assim, decidido
243 pela plenária, com unanimidade a realização da Reunião Ordinária, no dia 09 de junho de 2020. Giacomini,
244 relata que o cronograma de trabalho da comissão eleitoral, nestes 90 dias, tem que estabelecer que as chapas,
245 se apresentem e disponibilizem os planos de trabalho, para dar publicidade, dentro destes 90 dias. Giacomini,
246 faz um questionamento ao Robson - IGAM, argumenta que nas eleições passadas, houve a votação e o estado,
247 que realiza a nomeação dessa nova diretoria, e que houve uma confusão relacionada a demora nessa
248 publicação. Robson informa que isso não acontecera novamente, pois, o que ocorreu foi que todos os
249 conselheiros tomaram posse, e existe todo um prazo regimental e administrativos, sobre esse tipo de situação.
250 E que neste caso, a posse da nova diretoria não requer, esse tipo de conduta. Temos que ter essa comissão
251 eleitoral, ela deve ser composta por um representante de cada seguimento ou pelo menos, três seguimentos.
252 Sergio - FONASC, questiona sobre o rodizio da representatividade, da diretoria dos comitês. Giacomini, fala
253 que deverá ser discutido a formação da comissão eleitoral e posteriormente, eles retornaram ao
254 questionamento do Sr Sergio - FONASC, pois o regimento que trata deste item. E informado, que o conselheiro
255 que fizer parte da comissão eleitoral, não poderá ser candidato. Giacomini abre espaço aos conselheiros
256 presentes por seguimento, a conversarem e indicarem os seus representantes na comissão eleitoral. Leila -
257 AMEDI, se apresenta como representante da Sociedade Civil. Giacomini, solicita a manifestação dos colegas
258 da sociedade civil, com o nome da Sra. Leila. Aprovada com unanimidade a indicação da Sociedade Civil, da
259 Sra. Leila, como representante da sociedade civil, na comissão eleitoral. Robson - IGAM, esclarece sobre as
260 atividades executadas pela comissão eleitoral. Que será a elaboração de critérios simples, como prazos, forma
261 de inscrição e a forma de apresentação do plano de trabalho da chapa, para as que vierem a se inscrever. Sra.
262 Maria Clara - Prefeitura de Uberlândia, se apresenta como representante do Poder Público Municipal.
263 Giacomini, solicita a manifestação dos colegas do seguimento do Poder Público Municipal, com o nome da
264 Sra. Maria Clara. Aprovada com unanimidade a indicação do seguimento Poder Público Municipal, da Sra.
265 Maria Clara, como representante do seguimento, na comissão eleitoral. E questionada a participação do IGAM,
266 na comissão eleitoral, e Sr Robson - IGAM, informa que o IGAM, não fara parte dessas comissões. Diante da
267 surpresa de todos ali presentes, e Malacco, esclarece que não há necessidade de reunião presencial, as
268 mesmas poderão ser realizadas por vídeo conferência, visto que há conselheiros que não residem em
269 Uberlândia. Sr. Mauricio - ACII, se apresenta como representante dos Usuários de Recursos Hídricos.
270 Giacomini, solicita a manifestação dos colegas do seguimento dos Usuários de Recursos Hídricos, ao nome da
271 Sr. Mauricio. Aprovado com unanimidade a indicação do seguimento dos Usuários de Recursos Hídricos, do
272 Sr Mauricio, como representante do seguimento, na comissão eleitoral. Giacomini, da andamento a reunião,
273 e presta esclarecimento sobre a diretoria, e faz a leitura do Regimento Interno sobre a constituição da
274 diretoria do comitê, "Art. 25 A Diretoria será constituída por um presidente, um vice-presidente, um secretário
275 e um secretário adjunto, eleitos pela plenária, dentre os membros titulares do Comitê, após a publicação do
276 ato governamental de nomeação dos membros do Comitê. §1º Os mandatos dos membros da Diretoria serão

277 de 02 (dois) anos, podendo cada um de seus membros ser reeleito uma única vez consecutiva na mesma
278 função. §2º Os cargos da diretoria deverão ser compostos por no mínimo três segmentos dentre o Poder
279 Público Estadual, Poder Público Municipal, Sociedade Civil e Usuários. §3º O preenchimento dos cargos da
280 Diretoria do Comitê deverá observar, a cada mandato, a alternância de representantes dos segmentos a que
281 se refere o parágrafo anterior. §4º Os cargos da diretoria pertencem à plenária e não às instituições. §5º Os
282 interessados em compor a Diretoria do Comitê deverão articular-se em chapas, que conterão a indicação dos
283 nomes aos cargos de presidente, vice-presidente, secretário e secretário adjunto, vedada a participação de
284 um mesmo candidato em chapas distintas. §6º As chapas referidas no parágrafo anterior, acompanhadas do
285 Plano de Trabalho com propostas voltadas para a melhoria da Bacia e fortalecimento do Comitê, deverão ser
286 apresentadas e protocoladas junto à secretaria do Comitê até 10 (dez) dias antecedentes à data estabelecida
287 para o processo eleitoral. §7º As votações serão abertas e nominais. §8º Será eleita e imediatamente
288 empossada pela Plenária a chapa que obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos. §9º
289 Em caso de empate, será empossada a chapa do candidato à presidência que estiver a mais tempo no exercício
290 das funções de conselheiro do Comitê; permanecendo o empate, será eleita a chapa do candidato à
291 presidência que for mais idoso. §10 Na hipótese de substituição de algum dos membros da diretoria pela
292 entidade representada, deverá ocorrer nova eleição para o cargo em que se deu a vacância. Art. 26 Qualquer
293 membro da diretoria poderá ser destituído, por decisão motivada, de 2/3 dos membros do Comitê, em reunião
294 extraordinária especialmente convocada para este fim, assegurada a ampla defesa e o contraditório.” Todo
295 artigo 25, que fala da eleição da diretoria. Sergio - FONASC, questiona se a reeleição é do conselheiro ou do
296 seguimento. Robson - IGAM, fala que deve ser realizado o revezamento do seguimento, durante as eleições
297 da diretoria. Mas a reeleição é permitida, neste caso não há necessidade de se realizar o rodízio. Como o Sr
298 Giacomini, assume o cargo de Presidente, a recondução dentro do seguimento foi realizada, e a sua reeleição
299 é permitida. Sr. Ademar - EMATER, se apresenta como representante do Poder Público Estadual. Giacomini,
300 solicita a manifestação dos colegas do seguimento do Poder Público Estadual, ao nome da Sr. Ademar.
301 Aprovado com unanimidade a indicação do seguimento Poder Público Estadual, do Sr Ademar, como
302 representante do seguimento, na comissão eleitoral. Giacomini, orienta aos conselheiros que se articulem,
303 dentro de seus seguimentos, e posteriormente com os demais seguimentos, para apresentação de chapas a
304 eleição da nova diretoria gestão 2020-2022, até 10 dias antes do dia 09 de junho que será a eleição. E informa
305 a comissão eleitoral, instaurada, que a secretaria do comitê, está a disposição para auxilia-los no que for
306 possível. Item 10, Robson - IGAM, repassa algumas informações advindas do IGAM, que foram questionadas
307 na reunião. Ele informa que a eleição não precisa ser realizada em uma reunião específica, para este fim. Ela
308 pode ser um ponto de pauta em uma reunião ordinária. Malacco, presta seus agradecimentos a Claudia,
309 auxiliar administrativa do comitê, a todo seu trabalho e competência, auxiliando o comitê. Sr Mauricio -
310 Prefeitura Municipal de Santa Vitoria, comunica que o foi aprovado o Fundo Municipal do Meio Ambiente e
311 será implantado o Plano municipal de águas. Eles realizaram um evento, com data a confirmar, onde a ANA
312 comparecerá, e convidamos todos os conselheiros para participar nesse encontro tão importante e
313 significativo, para município de Santa Vitoria. Leila - AMEDI, informa sobre a sua participação em um evento,
314 em Brasília na ANA, onde ela representou o CBH PN3. Ademar - EMATER, entrega o convite da FEMEC, e passa
315 maiores informações sobre o evento. E sugere a participação do comitê no ano de 2021, como uma
316 possibilidade de divulgar ao público alvo da EMATER, os produtores rurais, sobre a cobrança do uso da água.
317 Giacomini, fala que com antecedência o comitê, pode elaborar alguma proposta de palestra para este público.
318 Giacomini, informa que será encaminhado o balanço das presenças e ausências, e a lista de contatos dos
319 conselheiros, já que foi constatado que muitos titulares não sabem quem são seus respectivos suplentes. Ele
320 presta agradecimentos em nome do comitê, ao trabalho realizado pelo Gustavo Malacco, mesmo por toda
321 instabilidade dentro da gestão estadual o que impossibilitou a concretização de várias atividades e propostas
322 que seriam desenvolvidas. Presidente em exercício Giacomini, agradeceu a todos pela presença. Desejou um

323 bom retorno a todos presentes. Uberlândia, 11 de março de 2020. Seguem abaixo as assinaturas do Presidente
324 em exercício Antônio Giacomini Ribeiro e Elaine Aparecida de Oliveira.

325 

326 Antônio Giacomini Ribeiro

327 Presidente em exercício do CBHPN3



Elaine Aparecida de Oliveira

Secretaria Executiva